

Greve reforçou a união dos Técnico-Administrativos da UFG



O Acampamento do Sint-UFG já está montado, com toda a infra-estrutura, aguardando a visita dos turistas

Colônia de Férias no Araguaia começa receber os primeiros visitantes

O rio Araguaia com suas praias generosas está aguardando os turistas. Para desfrutar desses encantos naturais, o Sint-UFG organizou para os seus filiados uma Colônia de Férias na ilha de Piratininga (situada a 7 km acima de Aruanã). No dia 11 de julho saiu

a primeira turma com destino ao Araguaia. As excursões (saída) prosseguem até o dia 8 de agosto. A organização oferece ônibus especial no percurso Goiânia-Aruanã-Goiânia. O acampamento conta com infra-estrutura completa. Mais informações na Pág. 8

Os servidores públicos federais de todo o país deflagraram, no dia 16 de abril, greve contra a política de desmonte do serviço público praticada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Os servidores técnico-administrativos, tendo à frente a Fasubra, aderiram em peso à paralisação. Na UFG, verificou-se um rico processo de mobilização, envolvendo servidores, professores e estudantes. O movimento ganhou as ruas e obteve grande repercussão na comunidade, com uma boa divulga-

ção na mídia. Desde o início, sabia-se que se tratava de uma greve de resistência. Por essa característica particular, seria difícil obter conquistas no campo econômico, a exemplo do reajuste salarial. Na esfera política, importantes avanços foram conquistados. A união dos servidores, especialmente, na UFG, pode ser contabilizada nesse rol. Depois de 46 dias de greve, a paralisação foi encerrada após o MEC assinar um acordo com os técnico-administrativos. Leia avaliação completa do movimento nas Páginas 4 e 5.



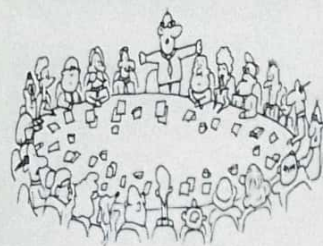
As assembleias contaram com grande presença de servidores

Sint-UFG conclama Servidores para deflagrar luta de resistência em defesa das 30h semanais

A luta em torno das 30h semanais está na ordem do dia na UFG. Mais que nunca, é necessário que todos os servidores estejam conscientes sobre a importância da mobilização para a manutenção desse direito conquistado. Uma demonstração concreta nessa direção poderá ser dada no

próximo dia 17 de julho (quarta-feira), durante a Assembleia Geral que o Sint-UFG está convocando para tratar desse assunto. O sindicato está mantendo a sua orientação inicial: defesa das 30h e sua extensão para todos os servidores da UFG.

O controle de ponto (leia-se exigência pelo cumprimento das 40h)



será o principal tema da reunião do Conselho Pleno, que a Reitoria da UFG convocou para o dia 18 de julho (quinta-feira), às 18h, na FEN. Será tirada uma posição sobre a forma como será exigido o cumprimen-

to das 40h semanais por parte dos servidores, excetuando-se aqueles que ganharam o direito das 30h na justiça.

Pressões como essa já foram tentadas antes e não obtiveram êxito. No momento em que a Reitoria fala em diálogo e em democracia é um grande contra-senso optar-se pela coação, utilizando-se as chefias para reprimir servidores. Seguramente, essa não é a melhor solução para o problema. Haverá resistência. Os técnico-administrativos, a exemplo do que fizeram no passado, não se deixarão vencer. Para tanto, mobilize-se, lute, defenda seu direito.

ASSEMBLÉIA GERAL

17/07/96 (quarta-feira) às 09h
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Pauta: Jornada de Trabalho - 30 h Semanais

A União da categoria é o principal patrimônio dos Servidores

Segundo proclama o governo, através dos meios de comunicação, o ano de 1996 será o ano da Educação. A teoria na prática é diferente. Mas verdade seja dita: as medidas implementadas pelo governo FHC alteram profundamente o modelo educacional brasileiro. Mas, para pior. O objetivo central é adequar a educação do País à chamada nova ordem mundial. Daí provém a lógica (absurda e surreal) do corte sistemático de verbas para as áreas sociais, notadamente, a educação e a saúde. Seguindo este raciocínio, dá para entender porque o governo gasta quatro vezes mais com os serviços da dívida externa do que investe nas universidades. Os absurdos não páram por aí: apenas no escândalo do Banco Nacional foi consumido mais recurso do que a dotação orçamentária de todas as universidades públicas dispõem para este ano. Através do Projeto de Emenda Constitucional 233 o governo apresentou pela primeira vez a possibilidade de acabar com a gratuidade do ensino superior. No que tange à política salarial para o servidor público federal, implementa-se um arrocho sem precedentes (os salários estão congelados há dezoito meses), que tem como pano de fundo o desmonte de todo



o serviço público. A revolta contra esta situação foi o principal combustível que detonou a Greve Unificada dos Servidores Públicos Federais, deflagrada no dia 16 de abril último. No caso específico dos servidores da UFG, o movimento foi deflagrado no dia seguinte. Desde o início,

tinha-se claro que se tratava de uma luta de resistência e de denúncia contra as mazelas do governo FHC. A resistência foi firme, heróica e corajosa. Desde a sua

A resistência foi firme, heróica e corajosa. Desde a sua preparação, registrou-se uma ampla discussão em torno de sua justeza e de sua oportunidade.

preparação, registrou-se uma ampla discussão em torno de sua justeza e de sua oportunidade. Manifestações, caravanas,

passeatas e assembleias deram o tom das mobilizações e demonstraram a união dos técnico-administrativos. Depois de encerrado o movimento, com um saldo político positivo, embora sem a conquista de nossas reivindicações, surge uma avaliação paralela e alheia ao nosso movimento, cuja autoria é atribuída a pessoas que não se engajaram no processo de mobilização. O que querem, na realidade? O objetivo é conseguir algo que nem o governo conseguiu: dividir os servidores. Nesse sentido, atuam como quinta-coluna. Por isso mesmo, falta-lhes coragem de defender as suas opiniões nas Assembleias da categoria. Em assim sendo, não merecem crédito, posto que tiveram uma posição de imobilismo durante a greve. As avaliações, inclusive aquelas diferentes da direção do movimento, são bem-vindas. Este é um princípio democrático do qual não abrimos mão. Ocorre que elas devem acontecer nos fóruns adequados (reuniões de unidades, assembleias, reuniões da diretoria do SINT-UGF, etc.). A greve acabou, mas o nosso movimento continua. Para obtermos êxito em nossa luta precisamos cultivar com muito carinho o nosso bem mais precioso: a união.

JORNAL DO SINT-UGF

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

5ª Avenida, esq. c/ 227 - Setor Universitário - Goiânia - Goiás - Fone: (062) 261-4465

EXPEDIENTE

Coordenação Sindical: Paulo Cesar de Souza Guerra
Coordenação Sindical Adjunta: João Pires Júnior
Coordenação de Org. Adm. Fin.: Pat. e Planejamento: Agostinho de Lima e Silva
Coordenação de Org. Adm. Fin.: Pat. e Planejamento Adjunto: Joaquim Leite de São José
Coordenação Social: Fátima dos Reis
Coordenação Social Adjunta: Waldemar José da Silva
Coordenação de Formação e Política Sindical: Honório Ângelo da Rocha
Coordenação de Formação e Política

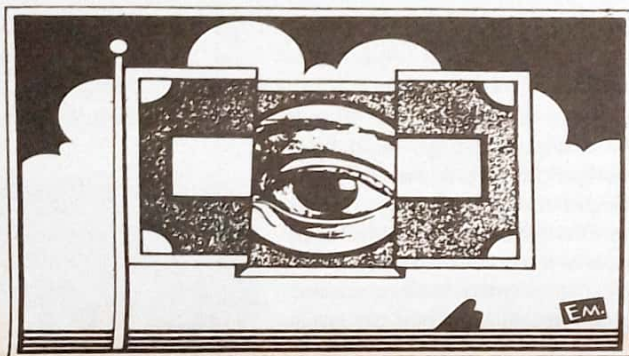
Sindical Adjunta: Joel Vieira de Souza
Coordenação de Imprensa e Divulgação: Olinto Costa Melo Filho
Coordenador de Imprensa e Divulgação Adjunto: Rosair Pereira Rosa
Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Dalenilde Pereira Coqueiro
Coordenação de Aposentados e Pensionistas Adjunta: Maria de Lourdes Ferreira Câmara
Secretaria de Org. e Administração da Sede Social: Izabete da Silva Ataide
Secretaria de Org. e Administração

Sede Social Adjunta: Lúcia Maria de Lima
Secretaria de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas: Paulo Eduardo Resende
Secretaria de Assuntos Juríd. e Trabalhistas Adjunta: Judith Maria Darques
Secretaria de Esporte e Cultura: Tertuliano Francisco de Lima Neto
Secretaria de Esporte e Cultura Adjunta: Luis Mauro da Silva
Jornalista Responsável: Francisco Barros (Reg. Prof. 429/03/116) - Fone: (062) 281-7518
Coordenação Gráfica: Editora Kelps - Fone: (062) 225-8116

Plano de Saúde já é uma realidade para os servidores da UFG

Terminou o prazo de carência para aqueles servidores que aderiram ao plano de saúde da Geap até o dia 20 de abril último. Com isso, cerca de 700 servidores já podem utilizar os serviços do Geap. O Sint-UFG já solicitou a relação de todas as instituições e profissionais conveniados (hospitais, laboratórios, médicos, odontólogos, etc.).

A concretização do plano de saúde é uma proposta que foi resgatada pela atual diretoria do Sint-UFG, uma vez que fazia parte de sua plataforma de trabalho. "Tratava-se de um grande anseio dos servidores da universidade, pois a categoria encontrava-se desamparada no aspecto da saúde e isso provocava uma intranquilidade muito grande", explica o coordenador sindical do Sint-UFG, Paulo César de Souza Guerra.



Frases que marcaram a Greve

"Não vamos cumprir a ordem do ministro. A decisão de não cortar os pontos partiu de uma reunião do Conselho Universitário e também é uma ratificação da Andifes"

(Reitor Ary Monteiro do Espírito Santo, no Diário da Manhã, 17/5/96)

"Estamos observando que há hoje um processo de fujimorização do Brasil. O presidente FHC quer acabar com o Estado de direito. Não vamos permitir que isso aconteça"

(idem)

"Os detentores do poder querem forçar os reitores das universidades a adotarem posições repressivas contra aqueles que lutam em favor do fortalecimento dessas instituições enquanto produtoras de conhecimento tecnológicos e sociais, geradoras de informações e difusoras da cultura"

"Paulo de Souza Guerra - Diário da Manhã - 24/5/96)

"Na viabilização do processo de sucateamento da Universidade Pública, a política de arrocho salarial tem um papel fundamental para o seu esvaziamento e deterioração das condições de trabalho de docentes e técnico-administrativos"

(Nota do Comando de Greve da Andes-SN - O Popular - 5/6/96)

"Quando os príncipes se viram em apuros no Cepaigo todo mundo se assanhou para que os reféns fossem soltos. Mas agora quando a UFG está sem aulas, ninguém sai para conversar, dialogar, negociar. Negocia-se com os Leonardos, jamais com os educadores do povo..."

(Filadelfo Borges O Popular - 30/5/96)

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SINT-UFG

BALANÇO DOS GASTOS DA GREVE DOS TRABALHADORES DA UFG, NO PERÍODO DE 17/04 A 03/06/96

RECEITAS

a) Fundo de Greve anterior	3.513,17
b) Fundo de Greve do mês de maio	22.277,43
c) Outras arrecadações (Bingos, Camisetas, etc)	96,50
d) Previsão do Fundo de Greve do mês de junho/96	22.277,43
TOTAL	48.164,53

DESPESAS

I - Diárias	8.782,68
II - Alimentação	
a) Viagens para BsB	5.023,77
b) Comando Local de Greve	4.422,32
II - Combustível	1.017,60
IV - Caravanas	
a) ônibus	6.510,00
b) táxi	64,30
c) passagens	57,23
d) hospedagem	262,50
V - Impressos, Divulgação e Comunicação	6.606,95
VI - Repasse para Entidades de Classe	
a) CUT e CNESF	170,00
b) Fundo de Greve para FASUBRA/1ª parcela	707,11
c) Fundo de Greve para FASUBRA/2ª parcela	707,11
d) UEE (ajuda para alimentação de caravana e veiculação em TV	800,00
VII - Vale Transporte p/ C.L.G. - SETRANSP	368,00
VIII - Despesas Extras	1.176,50
Compras de peças, Lanternagem e Mecânica para conserto do carro do servidor Elvécio, acidentado quando retornava de Brasília.	
TOTAL DE DESPESAS	36.676,07
SALDO DO FUNDO DE GREVE	11.488,46

OBS.: Todos comprovantes de despesas referentes ao gasto com o fundo de greve estão à disposição dos filiados na Tesouraria do SINT/UFG.

Goiânia, 10/07/96

Comissão: Reismar R. Goião / Pedro Batista da Silva
Agostinho L. Silva / Júlio C. Prates

Sint-UFG avalia greve dos S

Encerrada a paralisação dos servidores públicos federais, depois de 46 dias de luta, é hora de elaborarmos uma avaliação do movimento, para que sejam tiradas lições desse embate. Deve-se registrar, em primeiro lugar, o processo de preparação da greve, que foi pautado por amplas discussões. No caso específico dos técnico-administrativos da UFG, realizaram-se diversas reuniões nas unidades/órgãos, que serviram de subsídio para os debates nas Assembléias Gerais.

Outra questão de fundamental importância: desde o início, havia a preocupação de se fazer uma greve unificada de todo o serviço público. A tarefa proposta era de procurar a construção de uma Greve Geral do setor público, envolvendo as três esferas: federal, estadual e municipal. Avaliava-se que, somente assim, seria possível reunir as condições objetivas para impor derrotas aos projetos do governo, notadamente o arrocho salarial e o desmonte do Estado.

Apesar de todo o esforço despendido, não demorou para que se concluísse pela impossibilidade da construção de um movimento que englobasse as três esferas de governo. A partir disso,

as ações foram centradas em torno da greve unificada do serviço público federal, tendo claro três elementos centrais para sua realização. O movimento deveria se caracterizar como: a) de resistência e de acumulação de forças face ao avanço do projeto neoliberal; b) instrumento de tensão contrário às reformas de FHC e pela definição de um índice de reajuste para o funcionalismo federal; c) e, no nosso caso específico, visando acumular forças para a disputa da Autonomia.

A greve iniciou-se com expressiva participação dos vários segmentos do funcionalismo. Entretanto, desde o

começo, apresentava uma clara diferenciação na capacidade de atuação dos diversos setores; inegavelmente, havia uma participação mais consolidada no setor da educação.

Na primeira semana de greve, importantes mobilizações foram realizadas, em diversos Estados, inclusive, em Goiás. Organizaram-se caravanas a Brasília para pressionar, mais diretamente, o governo. O objetivo era, também, impedir que o movimento ficasse confinado dentro dos seus limites, ganhar as ruas e repercurssão junto à sociedade. Procurava, ainda, ampliar o seu leque de intervenção e apoio den-



Assembléias lotadas foram a tônica da greve na UFG

tro do Congresso Nacional.

No entanto, as ações produzidas pelo movimento não foram capazes de inflexionar a postura intransigente do governo FHC, obrigando um processo de negociação com o movimento grevista. Este quadro de dificuldades em dobrar a resistência do governo se agudizou à medida em que o movimento unificado não conseguiu se ampliar, conquistando adesão de categorias que se encontravam fora da greve e, notadamente, quando o mesmo entrou em refluxo com a saída de alguns setores.

A partir do momento em que a greve unificada começou a refluir, ficou cada dia mais evidente a impossibilidade de se alcançar qualquer negociação que pudessem resultar em ganhos econômicos imediatos para a categoria. Em que pese a capacidade demonstrada pelo movimento de produzir ações que recolocassem a greve na conjuntura, a caracterização do movimento já deixava claro que, a cada dia, a greve unificada refluía e permanecia forte em apenas dois setores: o da educação e da saúde e previdência.

Se por um lado o movimento conseguiu quebrar parte do isolamento junto à sociedade, identificado no período de construção da greve, e dar demonstrações de força, por outro lado o governo FHC foi capaz de se recompor sucessivamente e retomar a iniciativa política em meio às várias crises internas, particularmente a desencadeada após o massacre do Sem

Terra, em Eldorado do Carajás. Assim, conseguiu resistir às pressões do movimento grevista.

Pouco a pouco, a greve



Também os aposentados durante a paralisação

unificada foi tornando-se uma greve da educação, saúde e previdência e, com isso, foram se fechando mais e mais os espaços para a intervenção geral. Com as decisões do STF, favoráveis ao governo, tanto na questão da Previdência quanto em relação à Data Base dos SPFs, e caracterizado o esgota-

"Organizações caravanas a Brasília pressionaram diretamente o governo objetivo também que o movimento ficasse dentro dos limites"



Café da Manhã gigante no HC chamou a atenção da população e da imprensa para a greve na UFG

servidores Públicos Federais

mento das perspectivas, face a correlação de forças, chegou ao fim a greve unificada dos SPF.

Surge em cena, então, a primeira tentativa de retaliação do movimento com a emissão, pelo MEC, do Comunicado do SIAF, condicionando a liberação dos recursos para o pagamento da antecipação de 30% dos salários à informação, pelos reitores, dos percentuais a serem descontados em função do número de grevistas nas Universi-

"Pouco a pouco, a greve unificada foi tornando-se uma greve da educação, saúde e previdência e, com isso, foram se fechando mais e mais os espaços para a intervenção geral"

cíficos para o setor, dada a impossibilidade objetiva de se tentar negociar índice de reajuste geral fora de um movimento geral.

Ressalte-se que, durante todo o transcurso de nossa greve, conseguiu-se desenvolver um bom trabalho de intervenção no parlamento. Este trabalho possibilitou a manuten-

ção da pressão junto à base de sustentação política do governo, bem como a articulação dos aliados para, de forma organizada, pressionar o governo federal, auxiliando assim o movimento na sua intervenção. Destaque-se, ainda, que foi formada uma subcomissão da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados que irá tratar especificamente da questão da Universidade. Tal articulação foi muito importante, inclusive, para conquistar o acordo na Mesa de Negociações com o MEC.

A instalação da Mesa de Negociação permanente com o MEC, foi fruto da capacidade de resistência do movimento e de sua disposição de luta. Esta Mesa poderá construir as condições para continuarmos intervindo e disputando nossas posições, em particular, em torno do debate da Autonomia das Universidades.

dades. A partir daí, nosso movimento adquire um outro rumo e um novo caráter.

Tendo claro os limites estabelecidos da deflagração da greve unificada, o CNG/Fasubra estabeleceu o debate acerca da oportunidade de inflexionarmos nossa greve para o setor da educação, objetivando alcançarmos ganhos econômicos espe-



Os servidores saíram às ruas para protestar contra a política neoliberal de FHC

da unidade do conjunto do movimento dos servidores públicos federais como a ampliação das ações no setor público, dos demais setores da CUT, e a construção de uma frente de resistência mais ampla na sociedade.

A greve foi encerrada, porém, o nosso movimento continua. Os esforços dos técnico-administrativos da UFG, nesse

"Ressalte-se que, durante todo o transcurso de nossa greve, conseguiu-se desenvolver um bom trabalho de intervenção no parlamento"

momento, estão voltados para a rearticulação dos Grupos de Trabalho, mais especificamente sobre: Educação, Carreira e Relações de Trabalho, Saúde e Seguridade Social, e Orçamento/Financiamento. O objetivo é intensificar o debate para acompanhar os trabalhos na Mesa de Negociação Permanente do MEC.



Estiveram mobilizados os servidores

aram-se nas a para ar, mais ente, o no. O o era, impedir vimento nfinado os seus es"



O HC colocou-se a serviço da greve e chamou a atenção da comunidade realizando um grande café da manhã

Os números da mobilização dos técnico-administrativos da UFG

Assembléias realizadas durante a Greve: 18 (dezoito)
Caravanas a Brasília: 3 (três)

Sint-UFG avalia greve dos Servidores Públicos Federais

Encerrada a paralisação dos servidores públicos federais, depois de 43 dias de luta, é hora de estabelecer uma avaliação do movimento, para não serem feitas lições desse trabalho. Deve-se registrar, em primeiro lugar, o processo de organização da greve, que foi pautado por algumas diretrizes. No caso específico das técnicas administrativas da UFG, mencionam-se algumas realizadas nas unidades locais, que serviram de subsídio para os debates nas Assembléias Gerais.

Como questões de fundamental importância: desde a in-

icialização das reuniões em torno da greve unificada do serviço público federal, tendo claro todos os elementos centrais para sua realização. O movimento deveria se caracterizar como um de resistência à desmontagem do projeto neoliberal. O instrumento de trabalho centralizado de natureza de FHC e pelo delongado de um tratado de negociação para o funcionalismo federal, o que, na nossa visão específica, visando mobilizar forças para a disputa do futuro.

A greve iniciou-se com expressiva participação dos vários segmentos do funcionalismo. En-



Assembléias locais foram a base da greve na UFG

"O movimento deveria se caracterizar como de resistência e de acumulação de forças face ao avanço do projeto neoliberal"

quanto, desde o começo, apresentava uma clara diferenciação na capacidade de atuação dos diversos setores; inegavelmente, havia uma participação mais consolidada no setor da educação.

Na primeira semana da greve, importantes mobilizações foram realizadas, em diversos Estados, inclusive, em Goiás. Organizaram-se caravanas a Brasília para pressionar, mais diretamente, o governo. O objetivo era, também, impedir que o movimento ficasse confinado dentro dos seus limites, ganhar as ruas e repercutir-se junto à sociedade. Procurava, ainda, ampliar o seu leque de intervenção e apoio den-

tro do Congresso Nacional.

No entanto, as ações produzidas pelo movimento não foram capazes de influenciar a postura intransigente do governo FHC, obrigando um processo de negociação com o movimento grevista. Este quadro de dificuldades em dobrar a resistência do governo se agudizou à medida em que o movimento unificado não conseguiu se ampliar, conquistando adesão de categorias que se encontravam fora da greve e, notadamente, quando o mesmo entrou em refluxo com a saída de alguns setores.

A partir do momento em que a greve unificada começou a refluir, ficou cada dia mais evidente a impossibilidade de se alcançar qualquer negociação que pudesse resultar em ganhos econômicos imediatos para a categoria. Em que pese a capacidade demonstrada pelo movimento de produzir ações que recolocassem a greve na conjuntura, a caracterização do movimento já deixava clara que, a cada dia, a greve unificada refluía e permanecia forte em apenas dois setores: o da educação e da saúde e previdência.

Se por um lado o movimento conseguiu quebrar parte do isolamento junto à sociedade, identificando na população de construção da greve, e das demonstrações de força, por outro lado o governo FHC foi capaz de se recompor sucessivamente e reformar a iniciativa política em meio às várias crises internas, particularmente a desencadeada após o massacre do Sem

terra, em Eldorado do Carajás. Assim, conseguiu resistir às pressões do movimento grevista.

Pouco a pouco, a greve



Também os aposentados estiveram mobilizados durante a paralisação dos servidores

"Organizaram-se caravanas a Brasília para pressionar, mais diretamente, o governo. O objetivo era, também, impedir que o movimento ficasse confinado dentro dos seus limites"

unificada foi tornando-se uma greve da educação, saúde e previdência e, com isso, foram se fechando mais e mais os espaços para a intervenção geral. Com as decisões do STF, favoráveis ao governo, tanto na questão da Previdência quanto em relação à Data Base dos SPFs, e caracterizado a esgota-

mento das perspectivas, face à correlação de forças, chegou ao fim a greve unificada dos SPFs.

Surgiu, então, a primeira tentativa de retaliação do movimento com a emissão, pelo MEC, da Comunicação do SIAF, condicionando a liberação dos recursos para o pagamento da participação de 20% dos salários à informação, pelos setores, das percentuais a serem descontadas em função do número de grevistas nas Universi-

dades para o setor, dada a impossibilidade objetiva de se ter um indicador de real participação geral de um movimento geral.

Ressalte-se que, durante todo o transcurso de nossa greve, conseguiu-se desenvolver um bom trabalho de intervenção no parlamento. Este trabalho possibilitou a manuten-

ção da pressão junto à base da sustentação política do governo, bem como a articulação dos aliados para, de forma organizada, pressionar o governo federal, auxiliando assim o movimento na sua intervenção. Destaque-se, ainda, que foi formada uma subcomissão da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados que irá tratar especificamente da questão da Universidade. Tal articulação foi muito importante, inclusive, para conquistar o acordo na Mesa de Negociações com o MEC.

A instalação da Mesa de Negociação permanente com o MEC, foi fruto da capacidade de resistência do movimento e da sua disposição de luta. Esta Mesa poderá construir as condições para continuarmos intervindo e disputando nossas posições, em particular, em torno do debate da Autonomia das Universidades.

Por fim, é preciso ter claro que não é possível se ater, exclusivamente, às questões específicas da educação, uma vez que a continuidade do processo de resistência às reformas de FHC requerem a ampliação, ao máximo, dos aliados e do conjunto da classe trabalhadora. Mais ainda: o desfecho da questão da Autonomia das Universidades, bem como as questões relativas às relações de trabalho no setor público, por exemplo, estão diretamente ligadas à Reforma Administrativa. Até o momento, sequer foi apresentada o parecer do relator, deputado Moreira Franco.

A continuidade do enfrentamento requer não só a manutenção



Os servidores saíram às ruas para protestar contra a política neoliberal de FHC

"Ressalte-se que, durante todo o transcurso de nossa greve, conseguiu-se desenvolver um bom trabalho de intervenção no parlamento"

da unidade do conjunto do movimento dos servidores públicos federais como a ampliação das ações no setor público, dos demais setores da CUT e a construção de uma frente de resistência mais ampla na sociedade.

A greve foi encerrada, porém, o nosso movimento continua. Os esforços do técnico-

administrativos da UFG, nesse momento, estão voltados para a rearticulação dos Grupos de Trabalho, mais especificamente sobre Educação, Carreira e Relações de Trabalho, Saúde e Bem-estar Social e Organização Financeira. O objetivo é intensificar o debate para combater os trabal-



O HC colocou-se a serviço da greve e chamou a atenção da comunidade realizando um grande café da manhã

Os números da mobilização dos técnico-administrativos da UFG

Assembléias realizadas durante a Greve: 18 (dezoito)
Caravanas a Brasília: 3 (três)



Café da Manhã gigante no HC chamou a atenção da população e da imprensa para a greve na UFG

Moção de apoio ao reitor da UFG

Vimos por meio desta prestar apoio e solidariedade às posições assumidas pelo reitor da UFG, Ary Monteiro do Espírito Santo, que se colocou, publicamente, favorável ao movimento de paralisação na UFG, recusando-se a cortar o ponto dos servidores técnicos-administrativos e docentes, que lutam por melhores condições de ensino.

Em entrevista ao jornal Diário da Manhã, do dia 17/05, na pág. 13, o reitor justificou de maneira corajosa a sua atitude: "Não vamos cumprir a ordem do ministro (Bresser Pereira). A decisão de não cortar os pontos partiu de uma reunião do Conselho Universitário e também é uma ratificação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes)".

Em função de seu posicionamento favorável à greve, o reitor está correndo risco

de ser exonerado do cargo que ocupa. E isso acontece, volte-se a frisar, não porque está sendo negligente em suas funções. Nada disso. Mas, sim, porque está denunciando os riscos que a universidade corre e, também, porque não concorda com o projeto educacional proposto pelo Governo.

É necessário ter presente que as universidades são as responsáveis pela formação de milhares de profissionais, em diferentes áreas de conhecimento; são delas que provêm 95% das pesquisas feitas no País, além de serem responsáveis pelos programas de extensão que beneficiam parcelas significativas da população brasileira. Entre o confronto e o diálogo, o reitor optou pela segunda alternativa.

Na realidade, os detentores do poder querem forçar os reitores das universidades a adotarem posições repressivas contra aqueles que lutam em favor do fortalecimento dessas instituições enquanto produtoras de conhecimentos tecnológicos e sociais, geradoras de

informações e difusoras da cultura, o movimento, também está denunciando o desmonte das universidades brasileiras, exigindo suplementação orçamentária para que possam continuar funcionando a contento.

Ao reafirmar publicamente apoio e solidariedade ao reitor Ary Monteiro do Espírito Santo, reforçamos a nossa disposição de lutar em favor da democratização das universidades e repudiamos todas as medidas coercitivas, draconianas e autoritárias que tenham por ob-

jetivo intimidar o movimento e semear a inquietação entre os servidores públicos federais, que estão há mais de um mês em greve.

Paulo César de Souza Guerra é coordenador sindical do Sint-UFG - representando o Comando Local de Greve dos Servidores Técnico-Administrativos da UFG.

(Publicado no Diário da Manhã, de 24/05/96 pág. 7)



INFORME ESPECIAL

Vega Construtora e Sint-UFG assinam convênio para construção de moradias para os servidores

A Vega Construtora e o Sint-UFG assinaram convênio para a construção do Residencial Campus II, unidades habitacionais que se destinam aos filiados desse sindicato. De acordo com o convênio, numa primeira etapa, serão construídas casas de dois e três quartos, numa área situada próxima ao Campus II.

O Residencial Campus II começará a ser construído tão logo sejam concluídas as adesões ao grupo, constituído por 120 unidades. O empreendimento contará com toda a infra-estrutura urbana - asfalto, energia, água e esgoto. As casas de dois e três quartos possuem, respectivamente, área de 52,73 metros quadrados e 74,64 metros quadrados.

De acordo com o protocolo assinado entre a Vega Construtora e o Sint-UFG, a entrega dos imóveis ocorrerá por grupos de 30 unidades, a cada dez meses, a partir do início da construção. A distribuição será através de sorteio entre os integrantes dos grupos.

A Vega procurou simplificar os procedimentos para aquisição do imóvel. Os interessados não precisam comprovar renda e não existe qualquer impedimento quanto a ter um outro imóvel.

Para obter maiores informações procurar o Sr. Alair, na sede do Sint-UFG, no horário comercial, de segunda à sexta-feira.

A importância da autonomia para as Universidades Federais

As universidades estão enfrentando problemas de financiamento e a autonomia dessas instituições estão sob ameaça. Particularmente, a questão do financiamento tem preocupado organismos como a Unesco. Isto porque, está se generalizando, notadamente nos países em desenvolvimento, a restrição ao financiamento público das universidades. Por isso, é importante analisar o "Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior", divulgado pela Unesco, no final do ano passado.

A Unesco alerta os seus Estados-membros para que considerem a educação superior "um investimento nacional de longo prazo, destinado à melhoria da competitividade econômica e ao fomento do desenvolvimento cultural e da coesão social". Infe-

lizmente, essa posição não tem sido compartilhada pela maioria dos governos latino-americanos, com destaque para o Brasil. Aqui, embora 90% da pesquisa científica e tecnológica seja feita por universidades públicas, o financiamento destas instituições está regredindo, progressivamente, nos últimos anos.

O documento lembra que "financiamento público limitado é uma das restrições principais que se opõem aos processos de desenvolvimento da educação superior. Essa limitação de fundos é também a causa da crise atual e das tensões entre o Estado e a comunidade universitária".

Na América Latina, o ensino superior de elite passa para sistemas massificados, com taxa de escolarização acima de 15%, a partir de meados da década de 80. A expansão da matrícula avança em ritmo geométrico.

Comparado a outros países do continente, o Brasil ainda não atingiu os níveis de escolarização similares: apenas 10% dos nossos jovens de 18 a 25 anos têm acesso ao ensino superior, muito abaixo do México (14%), da Argentina (19%) e do Chile (30%).

Enquanto que em países como Argentina, México e Uruguai, a expansão de matrículas ocorre pela via da universidade pública, no Brasil e no Chile se fez por meio do ensino superior privado, impulsionado pelos regimes militares. Fruto desse processo, no Brasil 75% dos universitários estudam em instituições privadas; no México ocorre exatamente o oposto, 73% nas universidades públicas.

No atual estágio de desenvolvimento do nosso País, as universidades públicas enfrentam alguns desafios para alcançar sua eficácia social plena: buscar

o equilíbrio entre qualidade acadêmica, pertinência social, equidade e internacionalização. Isto será construído tendo por base uma gestão acadêmica estratégica, com financiamento público estável, evitando-se a burocratização.

"Esses são os pré-requisitos essenciais à autonomia institucional", opina o professor Héglio Trindade, reitor da UFRS e coordenador do Grupo de Trabalho em Política e Gestão Universitária da Andifes.

Para Héglio, "o grande desafio atual é como preservar a universidade e, ao mesmo tempo, redefinir-la, mantendo-a fiel à sua missão de responder às necessidades de conhecimento da nova sociedade, sem deixar de convencer a esta última, da qual depende financeiramente, da qualidade e da pertinência dos seus serviços".

INFORME ESPECIAL

Sul América/Dilseg fazem promoção especial para os segurados da UFG

A Sul América Seguros e a Dilseg Corretora de Seguros estão com uma promoção especial para os servidores técnico-administrativos da UFG que ingressarem na apólice do seguro de vida em grupo ou que o atualizarem. Os segurados poderão concorrer a três prêmios: uma TV em cores, um aparelho de som e uma bicicleta. O sorteio será no dia 30 de novembro do corrente ano, pela Loteria Federal.

A Sul América e a Dilseg estão preparando, e será apresentada em breve, uma proposta específica

para os aposentados. Este segmento encontra dificuldades para fazer, em condições normais, um seguro de vida. Pensando nisso, está sendo criada uma apólice sob medida para eles. É importante frisar que a Sul América Seguros está saldando todos os sinistros, rigorosamente, dentro dos prazos legais. Afinal, está em jogo o nome de uma empresa que no ano passado completou 100 anos de existência e que é líder no mercado segurador em nosso País.

SUL AMÉRICA



DILSEG

Corretora de Seguros Ltda

Sint-UFG organiza Colônia de Férias no Araguaia



Sol, céu, areia e o rio, convites ao lazer e ao descanso



cabanas foram projetadas para receber os turistas

Desde o dia 11 de julho, o Sint-UFG retomou a sua Colônia de Férias no Araguaia. O acampamento, que este ano é na Ilha de Piratininga (situada a 7 Km acima de Aruanã),

prossegue até o dia 8 de agosto. A organização alerta os interessados para que façam logo as suas inscrições, pois em virtude do calendário escolar a tendência é que aconteça um grande acúmulo de reservas para o final de julho. Para a montagem do acampamento, o Sint-UFG contou com o patrocínio da Sul América Seguros/Dilsej, Vega

Construtora e Gráfica Kelps.

A organização oferece ônibus especial no percurso Goiânia-Aruanã-Goiânia; batelão e salva-vida para transporte fluvial no percurso Aruanã-Acampamento-Aruanã; cabanas de palha para alojamento, equipadas com colchonetes e iluminação; alimentação durante os dias de permanência (café da manhã, almoço e janta); serviço completo de bar; além de jogos e diversões. Terão direito a se inscrever no acampamento os filiados do Sint-UFG, dependentes e convidados. O número de vagas é limitado, obedecendo a lotação do ônibus (44 pessoas) e a quantidade de cabanas.

O Sint-UFG fez parceria com a Associação dos Professores da Católica (Apuc) e com a Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) e com a Fasubra. Os filiados a estas entidades terão as mesmas condições de pagamento dos filiados do Sint. Para obter maiores informações sobre o acampamento basta ligar para o telefone (062) 261-4465.



O rancho está com toda a infra-estrutura montada para o descanso dos servidores



O rio com suas águas tranquilas é um convite para a pesca e um refrescante banho

Esporte

A Secretaria de Esportes e Cultura do Sint-UFG está organizando um torneio de futebol de salão entre as unidades. As inscrições deverão se iniciar a partir do dia 15 de agosto. Para obter maiores informações, procurar Chicão ou Luizinho na sede social do Sint-UFG. A equipe de futebol de salão do Sint-UFG vêm de duas boas apresentações em competições. Primeiro foi o torneio Master da Federação Goiana, em que a equipe obteve a 4ª colocação. Em seguida, participou do torneio promovido pela Amovita, no Itatiaia, quando ficou em 2º lugar.



CRONOGRAMA DE SAÍDA E RETORNO

Saída/Goiânia/Aruanã		Retorno/Aruanã/Goiânia	
Data	Horário	Data	Horário
11/07/96	00:00	14/07/96	16:00
18/07/96	00:00	21/07/96	16:00
25/07/96	00:00	28/07/96	16:00
01/08/96	00:00	04/07/96	16:00
08/08/96	00:00	11/07/96	16:00

CUSTOS COM RECURSOS DO SINDICATO

(ônibus, batelão, barraca)

	PCTE DE FINAL DE SEMANA		10 DIAS	
	ADULTO	DE 7 A 12 ANOS	ADULTO	DE 7 A 12 ANOS
ASSOCIADOS	113,50	56,50	232,00	116,23
DEPENDENTES	113,50	56,50	232,00	116,23
CONVIDADO	135,00	67,60	289,70	144,85

CUSTOS COM RECURSOS DO TURISTA

(carro, barco e barraca)

	PCTE DE FINAL DE SEMANA		10 DIAS	
	ADULTO	DE 7 A 12 ANOS	ADULTO	DE 7 A 12 ANOS
ASSOCIADOS	80,00	40,00	200,00	120,00
DEPENDENTES	80,00	40,00	200,00	120,00
CONVIDADO	120,00	60,00	240,00	120,00